

Ações de solidariedade em busca da justiça social e soberania alimentar: o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil (2020-2022)

Solidarity actions in search of social justice and food sovereignty: the role of the Landless Worker's Movement (MST) in Brazil (2020-2022)

Joana Tereza Vaz de Moura ¹ 

Wuelliton Felipe Peres Lima ² 

Resumo

Em contextos de crises, os movimentos socioterritoriais atuam em processos colaborativos buscando minimizar os efeitos para as populações mais vulneráveis. No Brasil, no contexto da crise sanitária e política (2020-2022), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em conjunto com outras organizações e instituições, atuou em diversas ações de solidariedade, especialmente nas doações de alimentos saudáveis para essas populações, sobretudo em territórios indígenas, quilombolas e das periferias urbanas. O artigo tem como objetivo compreender essa atuação, focando nas estratégias utilizadas pelo MST para colocar em pauta a questão da fome em sua agenda, criar territórios de sustentabilidade e pressionar o Estado. Utilizamos o banco de dados construído pela Rede Brasileira de Pesquisadores das Lutas por Espaços e Territórios (REDE DATALUTA), com notícias veiculadas sobre as ações dos movimentos, além de entrevistas com as principais lideranças nacionais do MST. Mostramos que o movimento atuou em todas as regiões do país, com centralidade para as regiões Nordeste e Sul, trazendo à tona o retorno da pobreza e a injustiça sofridas por essas populações. Apontamos também que essas ações não se configuram somente como doações, mas têm caráter político de formação e fortalecimento associativo, no sentido de aproximar a militância das comunidades em busca da justiça social.

Palavras-chave: crise sanitária; ações coletivas; rede DATALUTA; fome.

Abstract

In contexts of crisis, socioterritorial movements act in processes seeking to minimize the effects for the most vulnerable populations. In Brazil, in the context of the health and political crisis (2020-2022), the Landless Worker's Movement (MST), together with other organizations and institutions, acted in several solidarity actions, especially in food and health donations for these situations, especially in indigenous territories, quilombolas

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil. E-mail: joanatereza@gmail.com

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil. E-mail: wuelliton.peres@unesp.br

and urban peripheries. The article aims to understand this action, focusing on the strategies used by the MST to put the issue of hunger on its agenda, create territories of sustainability and pressure the State. We used the database built by the Brazilian Network of Researchers of the Struggles for Spaces and Territories (REDE DATALUTA), with news broadcast about the movements' actions, in addition to interviews with the main national leaders of the MST. We show that the movement has operated in all regions of the country, with a focus on the Northeast and South, bringing to light the return of poverty and injustice suffered by these populations. We also point out that these actions are not just donations, but have a political character of formation and strengthening of associations, in the sense of bringing activists closer to communities in search of social justice.

Key-words: sanitary crises; collective actions; DATALUTA network; hunger.

Introdução

No dia 26 de outubro de 2023 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) recebeu o prêmio Pacto Contra Fome, entregue pelas Nações Unidas (ONU), pela iniciativa Mão Solidária, uma campanha de doações de alimentos durante a pandemia da covid-19 (2020-2022) na região metropolitana de Recife, Pernambuco, Brasil (Terra, 2023). Essa foi somente uma das campanhas realizadas pelo Movimento nesse período. Apesar da atuação de diversas outras entidades em ações de solidariedade terem acontecido no país todo, o MST se tornou protagonista nesse processo, especialmente na distribuição de alimentos, articulando-se também com outros movimentos e instituições, criando espaços de esperança e mitigação dos impactos da pandemia.

Notamos, portanto, que os movimentos socioespaciais e socioterritoriais em momentos de crise, acentuação da pobreza e das desigualdades, se mobilizam em torno das solidariedades e buscam garantir acesso básico a alimentos para parte da população que vive em situação de vulnerabilidade social e/ou que são desassistidas pelo Estado, como o caso de moradores de comunidades nos campos, cidades, florestas e águas. Essas populações passaram por diversas dificuldades nos anos em que o mundo vivenciou a pandemia da covid-19 e, especialmente no Brasil, também estávamos diante de um contexto político marcado pelo conservadorismo (Almeida, 2019) e pelo negacionismo da ciência, impulsionado pelo governo de Jair Bolsonaro. Esses processos marcaram o abandono completo do Estado nos territórios indígenas, quilombolas, camponeses, periferias urbanas.

Moura, Almeida e Martins (2024) mostraram, nesse período, diversas ações sofridas pelos movimentos, como as derrotas judiciais, intimidação, violência jurídica, além dos assassinatos. Os registros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre os conflitos no campo mostraram que em 2021 foram registrados 34 assassinatos contra 20, em 2020 (CPT, 2021). Nota-se ainda o retorno do país ao Mapa da Fome no triênio 2019-2021, e em 2022, segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de covid-19 no Brasil, 33,1 milhões de pessoas não tinham garantido o que comer — o que representava 14 milhões de brasileiros em situação de fome (Senado, 2022).

Diante disso e na busca pela justiça social e pelo combate à insegurança alimentar, o MST historicamente tem se destacado como um movimento que tem o território como condição essencial de organização, portanto, compreendido como um movimento socioterritorial (Fernandes, 2009), que cria e produz novas relações sociais, a partir de pensar um projeto de desenvolvimento para o campo e para o país (Caldart, 2001). Assim, a partir de 2020, o movimento centralizou a maior parte de suas ações na doação de alimentos saudáveis, buscando se reafirmar enquanto sujeito social para a democracia brasileira, que estava sendo atacada pelas forças políticas de apoio ao então Presidente, Jair Bolsonaro.

Conforme observado por Zibechi (2020, p. 189), os movimentos trabalham em prol da “autonomia alimentar”, desde uma perspectiva do “retorno à terra, buscando construir hortas coletivas autogestionadas de carácter orgânico, em particular nas periferias urbanas”, como pudemos observar nas ações articuladas entre o MST e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Nesse processo de superação das consequências econômicas da pandemia para grupos vulnerabilizados, esses movimentos se mobilizaram por um “desejo de fazê-lo em coletivo, rompendo o isolamento individual-familiar imposto pelo Estado” (Zibechi, 2020, p.189).

O MST se destacou no âmbito da doação de alimentos nesse período, compreendendo que a doação se constitui como parte intrínseca de um mesmo processo de lutas e resistência pela reforma agrária popular. As ações de solidariedade podem ser consideradas como estratégias de luta do MST, evidenciando, tanto para o campo como para a cidade, o caráter popular da política de reforma agrária. Conforme destacam Machado, Jorge e Fernandes (2022), a luta pela reforma agrária é uma constante pela soberania alimentar, contra a fome e pela valorização da cultura camponesa.

Especialmente no contexto do conservadorismo no país, diversas ações de despejo foram anunciadas e fizeram com que os movimentos socioterritoriais se articulassesem para impedi-las. Notamos uma quantidade significativa de ações de judicialização nesses anos, num contínuo enfrentamento entre os movimentos socioespaciais e socioterritoriais e as corporações do agronegócio e do setor imobiliário.

Para esse artigo, buscamos compreender as ações do MST relacionadas com a doação de alimentos saudáveis entre os anos de 2020-2022, focando nas estratégias e narrativas utilizadas para colocar em pauta a questão da fome em sua agenda, construindo territórios de sustentabilidade (Machado, Jorge e Fernandes, 2022) e pressionar o Estado. Mais do que simplesmente a busca de garantir a segurança alimentar, o movimento lutou por soberania, em que os discursos apontavam para a autonomia produtiva, onde os princípios de justiça são mobilizados em diferentes registros argumentativos. Assim, a soberania alimentar tem a ver com alimentos saudáveis, com cultura, com hábitos alimentares, com sistemas locais, com respeito ao meio ambiente (MST, 2021a).

Trazemos o debate da importância do território e das territorialidades para os movimentos e sua relação com a questão ambiental, a soberania alimentar e a justiça social. Neste sentido, esses sujeitos “comprometidos com a luta contra a injustiça ambiental articulam, em seu cotidiano, as ideias de ambiente (o contexto sócio-natural em que vivem), território (a projeção espacial das relações de poder) e lugar (o tecido das identidades sócio-espaciais)” (Souza, 2020, p.17). Para a compreensão da importância dos territórios para os movimentos, especialmente para o MST, utilizamos a leitura geográfica dos movimentos, compreendidos como movimentos socioterritoriais (Fernandes, 2005).

O artigo está organizado em três partes. Na primeira, apresentamos os recursos metodológicos explorados para a compreensão das ações do MST relacionadas à doação de alimentos e aos discursos contra-hegemônicos sobre a soberania alimentar e a agroecologia. Na parte dois, apresentamos brevemente o MST a fim de compreender suas dimensões organizativas e político-ideológicas para relacioná-las às disposições para as ações de solidariedade. Na terceira parte, apresentamos as análises das ações de solidariedade do MST de 2020 a 2022, espacializando-as e trazendo exemplos das principais estratégias utilizadas pelo movimento. Por fim, apresentamos as considerações finais.

Aspectos metodológicos

Este artigo desenvolveu-se a partir da participação ativa dos autores na Rede Brasileira de Pesquisadores das Lutas por Espaços e Territórios (REDE DATALUTA), na pesquisa "Movimentos socioterritoriais em Perspectiva Comparada", financiada pela CAPES (Projeto Capes-Print). Essa pesquisa tem como objetivo principal acompanhar as ações dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais nos diferentes espaços: água, agrário, floresta e urbano, em 13 países da América Latina e Caribe, Reino Unido, Estados Unidos e Canadá, relacionando essas ações dos movimentos socioterritoriais aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), possibilitando análises diversas sobre a multiescalaridade e multidimensionalidade de suas ações, em diálogo com as agendas internacionais.

Cada espaço é uma categoria de pesquisa do DATALUTA. Para cada um desses espaços contamos com uma equipe responsável pelo levantamento e sistematização de notícias, sendo estas nossas fontes de informação. Nossa artigo parte dos avanços do DATALUTA Agrário. Para o levantamento dos dados deste artigo, referentes às notícias de 2020 a 2022, contamos com uma equipe composta por 38 pesquisadores, de 9 grupos de pesquisa³, distribuídos em três regiões do país: Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste.

A metodologia é comum e compartilhada com todos os espaços. Os dados são coletados através de palavras-chave cadastradas no *Google Alerts* e recebidos no e-mail da pesquisa. Cada equipe deve ler as notícias que chegam e verificar se elas contêm todas as informações necessárias para o registro na plataforma *Jotform*. No caso do espaço Agrário, as notícias devem conter: a) uma ação protagonizada por um ou mais movimentos socioterritoriais agrários; b) o nome do movimento socioterritorial que está

³ Os grupos de pesquisa que compõem o espaço agrário são: o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA (UNESP – P. Prudente); o Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade – GEOLUTAS (UNIOESTE); o Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos – LABERUR (UFS); Laboratório de Extensão, Pesquisa e Ensino em Geografia – LEPENG (UFMA); o Centro de Estudos e Pesquisas Agrárias e Ambientais – CPEA (UNESP – Marília); o Grupo de Estudos de Ações Coletivas, Conflitualidades e Territórios – GEACT (UnB); o Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Geografia, Educação do Campo e Questão Agrária – GEOEDUQA (UFGD); o Grupo de Estudos Regionais Socioespaciais – GERES (UNIFAL); e o Laboratório de Estudos Rurais – LABRURAL (UFRN).

realizando a ação; c) a data da ação (não pode ser uma ação futura); e d) a localidade do município de realização da ação.

A construção de banco de dados sobre as ações dos movimentos a partir do levantamento e sistematização de notícias é uma prática comum para pesquisadores e pesquisadoras de todo o mundo. Segundo Almeida (2020), esta metodologia é denominada como “análise de protestos”. Como afirma o autor, as notícias possuem três características indispensáveis para acompanhar os protestos, manifestações e demais ações realizadas pelos movimentos, sendo: I) continuidade; II) escala de cobertura; e III) confiabilidade.

A continuidade está relacionada à perenidade dos veículos de comunicação por longos períodos, sobretudo dos jornais/revistas mais consolidados em escala local, regional, estadual e nacional, acompanhando os fatos e desdobramentos das ações. Alguns jornais/revistas tem uma cobertura de décadas de material, possibilitando a documentação de diversas ações, pautas e reivindicações dos movimentos ao longo do tempo e no espaço (Almeida; Santos; Baratelli, 2023), o que se relaciona diretamente com a ampla cobertura jornalística, identificando a diversidade de tipos de movimentos e suas articulações.

Compreendemos que a utilização das notícias como fonte de informação objetivas e factuais dos acontecimentos, como a localização da ação, movimentos e instituições envolvidas, tipo de ação, tipo de demanda e duração da ação é proveitoso, mas, é necessário atenção, tendo em vista a forma como as informações são narradas pelos jornais e revistas, tendo em vista a ideologia da qual parte os diferentes veículos de comunicação. No DATALUTA Agrário, as informações de interesse são as classificadas como “objetivas”, nos permitindo um amplo aproveitamento do material para construção de nosso banco de dados.

Ao ler essas notícias, os membros da equipe devem selecionar as relevantes e salvar em PDF numa pasta no *Google Drive* contendo todos os meses e anos. Essas notícias em PDF são registradas no *Jotform* e enviadas para uma planilha *Excel*, que nos possibilita informações para a construção de quadros, gráficos, tabelas, mapas e pranchas. As ações coletivas dos movimentos foram categorizadas por uma equipe e foi criado um Glossário de ações matrizes e derivadas para a sistematização das notícias, que é fundamental para a pesquisa, conforme sinalizam Fernandes e Sobreiro Filho (2023):

ações matrizes estão associadas às dimensões dos espaços e/ou territórios, como dimensão econômica, política, cultural, ambiental, social; as ações derivadas estão associadas aos desdobramentos dessas dimensões, como produção, lutas, disputas, educação, saúde, músicas, literatura, eventos, políticas públicas, manifestações, ocupações, negociações etc. (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023, p. 350)

Atualmente (2024), contamos com 11 ações matrizes e 43 derivadas, que podem ser observadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Ações matrizes e derivadas DATALUTA Agrário 2020-2023

AÇÕES MATRIZES	AÇÕES DERIVADAS
Arrecadação de recursos ou execução de serviços	Arrecadação de dinheiro; Assistência técnica rural; Conquista de infra-estrutura; Criação de tecnologias socioterritoriais; Doação de alimentos; Doação de produtos; Mutirão; Reflorestamento.
Festividades, ritos e lazer	Festividades culturais; Turismo da reforma agrária.
Comercialização	Circuitos curtos de comercialização; Mercados institucionais.
Comunicativa	Carta aberta; Entrevista concedida; Documento de formação e informação dos movimentos; Nota de denúncia; Nota de repúdio; Nota de pesar; Ofício.
Deslocamento coletivo	Marcha; Passeata.
Encontro de mediação	Audiência pública; Reunião.
Eventos	Assembleia/Plenária; Campanha; Comitê popular; Encontro; Fórum; Jornada de lutas; Premiação.
Interseccionalidade institucional	Projetos temáticos; Ocupação de cargos públicos ou candidaturas; Organização de audiência pública; Participação em audiência pública.
Judicialização	Audiência; Conquista judicial; Demanda judicial; Derrota judicial; Direito de consulta popular; Orientação jurídica popular; Violência jurídica.
Ocupação	Ocupação de canteiro de obras; Ocupação de espaço público; Ocupação de linha férrea; Ocupação de prédio privado; Ocupação de prédio público; Ocupação de terra; Vigília; Tentativa de ocupação de terra; Retomada.
Produção	Produção de alimentos saudáveis.

Fonte: DATALUTA Agrário, 2023. **Organização:** os autores, 2024.

Para fins deste artigo, que tem como objetivo compreender as ações de solidariedade do MST vinculada às pautas da fome, da segurança e soberania alimentar, selecionamos somente a coluna das ações derivadas e utilizamos o filtro "doação de alimentos". Nessa primeira verificação dos dados, registramos 112 ações de doação de alimentos entre os anos de 2020 e 2022, uma amostra considerável das ações realizadas pelo MST. A partir da organização desses dados, construímos tabelas e mapas para a

melhor exposição e síntese das informações. Além disso, selecionamos as notícias que traziam informações mais relevantes sobre essas ações e destacamos as principais narrativas do MST para justificar sua atuação diante do abandono de políticas assistenciais emergenciais necessárias, demarcação da conflitualidade do movimento com o governo Bolsonaro, evidenciando as disputas materiais e imateriais.

Também entrevistamos três lideranças nacionais do MST buscando compreender algumas questões: I) Como foi a ideia de realizar as ações de doações de alimentos no período da pandemia?; II) Como o movimento se organizou nacionalmente para que isso acontecesse?; III) Quais foram as estratégias utilizadas?; IV) Por que essas ações de solidariedade foram importantes, pensando na proposta do MST de agroecologia e Reforma Agrária Popular? Selecionamos algumas falas e utilizamos para sustentar a importância das ações de doações de alimentos, especialmente no período da pandemia, compreendendo que essas ações fazem parte das estratégias de luta do MST em contextos de crises para demonstrar sua capilaridade e expor a necessidade de pensar outros modelos de desenvolvimento.

Trata-se de um constante confronto com políticas neoliberais implementadas pelo Estado nos últimos anos e referendadas no contexto da pandemia no Brasil, com a acentuação do negacionismo do governo Bolsonaro. Assim, o MST age dentro do que Auyero (2007) chamou de "zona cinza" da política, o espaço de intersecção entre a rotina, o dia-a-dia das pessoas e a política formal protagonizada pelo Estado. Portanto, conhecer a ação política do MST mediante as doações de alimentos nos permitiu compreender e "examinar as disposições, habilidades, desejos e emoções de uma variedade de atores políticos e os significados que atribuem às suas práticas" (Auyero, 2006, p.258).

O MST: organização popular para o acesso à terra e a garantia da justiça social e da soberania alimentar

O MST surgiu na década de 1980 como um novo sujeito social que explicitou a questão agrária no Brasil. Esse movimento se apresentou no cenário político trazendo o debate da luta pela terra, desde a perspectiva de uma luta contra a essência do capital: a expropriação e a exploração. Segundo Fernandes (2012, p.13), "as referências

históricas sobre sua origem são as ocupações de terras realizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul”.

O MST foi fundado a partir da realização do Primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel, no Paraná, em 1984. As ocupações de terra são características essenciais do movimento e se reafirmam desde a sua génesis, mas que só podem ser compreendidas se também visualizamos o caráter ideológico desse processo, baseado numa articulação principalmente da Igreja Católica e da Igreja Luterana. Conforme destacam Stédile e Fernandes (1999), a CPT teve um papel central na criação do MST enquanto movimento de abrangência nacional. Para Stédile, em entrevista concedida neste livro (1999), um terceiro fator também foi fundamental para a criação do MST:

Trata-se da situação política, do processo de democratização do país. Não podemos desvincular o surgimento do MST da situação política do Brasil naquela época. Ou seja, o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pôde se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e à luta pela democratização da sociedade (Stédile; Fernandes, 1999, p. 22).

Ao longo dos anos, o Movimento vem lutando pela reforma agrária popular como uma forma de apropriação do território pela agricultura camponesa. Trata-se de uma ofensiva contra o capitalismo agrário e uma confrontação contra a exclusão causada pelo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária. A luta do MST pela reforma agrária extrapola o acesso à terra, mas se configura numa demanda constante por políticas públicas que garantam a permanência, como acesso à educação, saúde, infraestrutura etc. Como destaca Lima e Fernandes (2024):

Desde 1984 até 2024, o MST tem ensinado valiosas lições sobre a importância de avançar na disputa de políticas públicas em favor das comunidades, construindo as condições de permanência nos territórios. Compreendemos que a luta pela terra não se finaliza com a conquista dos assentamentos, muito pelo contrário, é preciso continuar lutando para permanecer nela com qualidade de vida, garantindo que os direitos dos camponeses e camponesas sejam atendidos e assegurados pelo Estado (Lima; Fernandes, 2024, sem paginação).

Assim, comprehende-se que a questão agrária se vincula com os processos de desigualdades estruturais vivenciadas muito antes do modo capitalista de produção, mas que no contexto do capitalismo são aprofundadas, sobretudo via propriedade privada da terra e da concentração fundiária e com sua expansão nos territórios, desarticulando comunidades e reproduzindo a pobreza e a fome.

Nos últimos anos o MST vem contribuindo para a inserção de outras pautas na luta pela reforma agrária. Como parte integrante da Via Campesina, o Movimento tem inserido em sua agenda a soberania e segurança alimentar, a agroecologia, a educação do campo e, mais recentemente, os debates sobre as mudanças climáticas. Segundo Souza e Schneider (2022, p. 269),

O discurso da soberania alimentar começou a ser fundamentado como um princípio a ser seguido pela militância nas transições das novas práticas de produção e consumo agroecológicas nos assentamentos rurais da reforma agrária, assegurando, com isso, novas diretrizes para os acampamentos e assentamentos às famílias de agricultores (Souza; Schneider, 2022, p. 269).

A incorporação desses temas vem garantir a importância de combater a fome, a produção de alimentos saudáveis, o acesso à alimentação por toda a população e o enfrentamento às mudanças climáticas. A soberania alimentar se pauta numa ofensiva contra o capital internacional sobre recursos naturais e terras disponíveis no hemisfério Sul. Para os movimentos que se alinham à Via Campesina, soberania alimentar vai além de um conceito, mas é um princípio e uma ética, que se constrói através de um processo político popular, resultado de um conjunto de debates e discussões políticas entre os diversos sujeitos que compõem o campo do debate sobre um projeto de desenvolvimento alternativo para as comunidades (Stedile; Carvalho, 2011).

A soberania alimentar apresenta conteúdos novos à questão agrária ao enfatizar a centralidade dos povos camponeses, tradicionais e originários na produção e apropriação dos alimentos (Coca; Vinha; Cleps Junior, 2021). Assim, a luta dos movimentos socioterritoriais, em específico do MST, vem contribuindo para a inserção dessa agenda de debates, bem como articulando a implementação da soberania alimentar nos territórios camponeses, compondo “a atualidade da luta pela/na terra, de modo que o significado político- econômico-cultural do alimento passa a ter, cada vez mais, maior importância” (Coca; Vinha; Cleps Junior, 2021, p. 132).

Especialmente no contexto da crise sanitária vivenciada pela pandemia da covid-19, o Movimento expressou a sua “solidariedade de classe” nas ações de doação de alimentos para a população brasileira mais vulnerável, ou seja tratavam-se de “ações políticas e que representaram solidariedade de classe junto aos trabalhadores e trabalhadoras” (Sant’Ana; Brant, 2022, p. 50). Esta estratégia tornou-se parte indissociável do projeto de Reforma Agrária Popular (RAP) do MST, apontando “caminhos possíveis

para a superação da insegurança alimentar agravada pela pandemia da covid-19 que assolou a humanidade desde o começo de 2020" (Sant'Ana; Brant, 2022). Portanto, o MST passou a realizar doações de alimentos como proposta de recolocar na agenda a temática da reforma agrária como parte estrutural de um modelo de desenvolvimento que garante a erradicação da fome, da miséria e da desigualdade no país.

Na perspectiva das ações de doações de alimentos, visualizamos essas prerrogativas que se imbricam com a luta pela terra na garantia da justiça social para os sujeitos dos campos e abastecimento das cidades com alimentos nutritivos, saudáveis e diversificados. Essa perspectiva confronta-se diretamente com a hegemonia da produção de alimentos pautada pelo agronegócio, pois busca redimensionar a dinâmica de distribuição de alimentos a partir da lógica dos circuitos curtos de comercialização, buscando garantir a relação de proximidade entre o agricultor e o consumidor. Este princípio impõe a "finalidade social primeira de garantir a soberania alimentar do país" (Vinha *et al.*, 2021, p. 294), trazendo a solidariedade como eixo central de atuação dos movimentos socioterritoriais no contexto pandêmico no Brasil, conforme os dados apresentados na próxima seção.

O contexto político, a crise sanitária e as ações de solidariedade do MST nos anos de 2020 a 2022

Entre 2020 a 2022 o mundo vivenciou a pandemia do novo coronavírus Sars-CoV-2 (covid-19), uma crise sanitária de grandes proporções, com repercussões e impactos em todas as escalas (local, regional, estadual, nacional e internacional) e dimensões (social, econômica, política, cultural e ambiental) dos espaços e territórios. No Brasil, assim como em outros países que eram governados por representantes da direita conservadora, a situação foi agravada devido à negligência do Governo Federal e ao negacionismo acerca da gravidade da pandemia.

Observamos "uma crise de coordenação, de forte dimensão federativa, que se manifestou de forma diversa nas políticas públicas" (Lima; Pereira; Machado, 2020, p.1). Essa crise aprofundou as desigualdades sociais existentes e atingiu de forma mais intensa as comunidades mais vulneráveis. O isolamento social exigido para a não proliferação do

vírus fez com que boa parte da população tivesse que deixar de trabalhar por questões de saúde coletiva. Perpetua (2022, p.08), utilizando dados do IBGE (2020), mostra que:

O início da pandemia mais aprofundou as tendências já em curso, que propriamente criou problemas. O total de pessoas empregadas no primeiro trimestre de 2020 era de pouco mais de 61,7 milhões, despencando para cerca de 54,8 milhões no terceiro trimestre do mesmo ano, uma redução de mais de 11% em apenas seis meses (Perpetua 2022, p. 8).

Pela má gestão do Governo Federal em auxiliar a população a permanecer em casa com dignidade, houve o aumento da informalidade e a clandestinidade dos serviços, agravando a situação de vulnerabilidade da população brasileira.

O Ministério da Saúde, em março de 2023, registrou a marca de 700 mil mortes decorrentes da covid-19 (Brasil, 2023). Além disso, nesse período, a pobreza extrema e a insegurança alimentar foram intensificadas Segundo Sampaio *et al.* (2024),

Bolsonaro também foi responsável por paralisar ou destruir políticas de compra institucional de alimentos, que durante o período em que o PT esteve à frente da Presidência da República foram importantes para que o Brasil saísse do Mapa da Fome. Por exemplo, na mesma Medida Provisória que transformou o Bolsa Família no Auxílio Brasil, o PAA foi implementado no Programa Alimenta Brasil (PAB). O PAB é uma versão piorada do PAA, dentre outros fatores, por eliminar a compra de sementes e por não incentivar que os campesinos o accessem por meio de entidades coletivas como cooperativas, associações e grupos de mulheres. O descaso com as políticas de compras públicas de alimentos também foi evidenciado com o congelamento dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Sampaio *et al.*, 2024, p. 27).

O esvaziamento de recursos destinados ao fortalecimento das políticas públicas para garantir acesso a alimentos nutritivos e saudáveis intensificou os casos de insegurança alimentar no país. De acordo com o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da pandemia da covid-19 no Brasil, a fome avançou em 2022 e atingiu 33,1 milhões de pessoas. Segundo Lima *et al.* (2024):

Entre 2020 e 2021, vivenciamos o agravamento da crise política, social, econômica e ambiental no Brasil, com a sobreposição de três elementos desastrosos: o desgoverno Bolsonaro, a pandemia do novo coronavírus e o avanço do agronegócio. A política de isolamento social escancarou a aguda situação de vulnerabilidade em espaços e territórios do campo, cidades, florestas e águas em todas as regiões. Dentre a intensificação de diversas injustiças e desigualdades historicamente vivenciadas pelas comunidades, observamos como a insegurança alimentar, o eufemismo da fome, foi intensificada. (Lima *et al.*, 2024, sem paginação).

A falta de atuação do Governo nas principais frentes, como o acesso a alimentação para a população mais vulnerável, por exemplo, fez com que diversos movimentos

socioespaciais e socioterritoriais se articulassem, criando diversos espaços de solidariedade para com as comunidades marginalizadas. Ainda em 2020, esses movimentos iniciaram suas campanhas de arrecadação de alimentos e distribuição para as periferias urbanas, aldeias indígenas, comunidades quilombolas, entre outros espaços e territórios.

Conforme destacam Bach e Pavan (2023, p. 4) o MST, assim como outros movimentos socioterritoriais nesse período, tornou-se “espaços de produção de conhecimento inovador. Eles [os movimentos] desenvolveram “repertórios de conhecimento” que permitiram sinalizar insatisfação e, de forma mais produtiva, criar protótipos de soluções viáveis”.

O MST foi um dos principais doadores de alimentos para essas populações, uma vez que, em sintonia com os seus objetivos, a defesa da vida se mostrou central nesse momento. Segundo uma das lideranças nacionais do movimento:

A pandemia foi um negócio que pegou todo mundo de surpresa, né, foi uma coisa assim que ninguém esperava e do nada apareceu e nós sentimos a necessidade, né, de ajudar a sociedade, principalmente dos trabalhadores pobres e vulneráveis da cidade, né, que tinha muito mais dificuldade do que nós que tava na na roça.

A gente que tava tá lá no sítio, a pandemia não preocupava tanto, a gente sentiu que a gente tinha condições de enfrentar esse momento, já que temos a produção de batata, mandioca, arroz, feijão, frutas, enfim... o alimento produzido, a gente não precisa ir comprar, igual as famílias mais vulneráveis da cidade. **A gente achou que teríamos essas condições de produzir para a gente e para a sociedade, de fazer esse trabalho com as famílias, né... fazendo essa coleta interna nas nossas áreas de acampamento e assentamento**, com todo cuidado, para distribuir alimentos saudáveis diretamente lá nos bairros pobres das periferias urbanas.

Então, a gente viu que nós teríamos condições de fazer isso e fizemos. Além disso, também construímos um bom debate com as nossas famílias que essas ações não seriam um ato de caridade, mas sim de solidariedade. A solidariedade é diferente de você fazer caridade, né, porque nós estamos dividindo aquilo de melhor que nós temos: alimentos nutritivos e produzidos sem uso de veneno. (Entrevista concedida em 15 de maio de 2024, grifo nosso).

De acordo com um artigo de Luciano Lima, reproduzido na página do MST:

A realidade impõe uma série de desafios para construção de processos que superem esta crise, no âmbito das políticas públicas e na expressão de resistência popular, que em essência se manifestam na luta de classes, mas que também resultam em experiências imediatas, de solidariedade de classe, que podem ser o ponto de partida na construção de uma saída para a crise num cenário pós-pandemia (MST, 2020).

Conforme destacou Della Porta (2020, p. 1), "os tempos de profunda crise podem (embora não automaticamente) gerar a criação de formas alternativas de protesto". Em contextos de crise os movimentos socioespaciais e socioterritoriais se articulam em rede buscando amenizar o sofrimento das comunidades mais afetadas. Suas ações de solidariedade são também um ato de denúncia das condições de extrema vulnerabilidade da qual esses sujeitos estão submetidos. Nesse contexto, o MST se destacou como um dos grandes sujeitos dentre os diversos "grupos de apoio mútuo, promovendo ações sociais diretas, ajudando os mais carentes" (Della Porta, 2020, p. 1).

Assim, compartilhamos do pensamento da autora de que eles produziram resistência, respondendo à necessidade de solidariedade específicas de cada momento histórico. Além disso, concordamos com Delgado *et al.* (2022, p. 9) ao considerar que o objetivo do MST nesse processo referiu-se a uma solidariedade de classe, "que se deu tanto por meio de alianças com movimentos urbanos, como por meio de um discurso que distingua solidariedade de caridade, em contraposição a ações de outros atores".

A partir dos dados registrados no DATALUTA Agrário, o MST realizou 112 ações de doações de alimentos entre 2020 - 2022, tanto protagonizadas pelo movimento quanto com a sua participação. A maioria dessas ações foi articulada em parceria com outros movimentos socioterritoriais e organizações populares, como a Via Campesina, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL), Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Centro (MTSC), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), CPT, Levante Popular da Juventude, Frente Brasil Popular e Consulta Popular.

Trataram-se de estratégias de articulação em rede para garantir o acesso da população a alimentos produzidos pela reforma agrária, sinalizando à sociedade, de maneira geral, a necessidade de políticas públicas para a redistribuição de terras no país, bem como para a produção e comercialização de alimentos saudáveis oriundos do campesinato brasileiro. O MST ainda utilizou, como uma estratégia central, a apropriação de narrativas que focavam na importância da alimentação saudável e agroecológica como dimensões do projeto da RAP. Em diversas atuações os militantes ressaltavam a importância da garantia de combater a fome através de produtos orgânicos, sem o uso de

agrotóxicos e provenientes de produções familiares. Em nota publicada pelo site do MST (2022), o movimento reafirmava o seu papel solidário no combate à fome:

E reafirmamos que as famílias Sem Terra se mantêm produzindo alimentos saudáveis e mobilizando ações solidárias emergenciais, contando com o apoio do conjunto da sociedade por meio do trabalho de base e campanhas permanentes na construção de um projeto popular para o país livre da fome e da miséria (MST, 2022).

A mobilização da juventude do MST também foi uma das estratégias do movimento para visibilizar a luta pela reforma agrária no contexto da pandemia. Especialmente no mês que se comemorou as Jornadas Nacionais de Luta da Juventude Sem Terra, foram realizadas diversas ações de doações de alimentos protagonizadas pela juventude do movimento. Segundo um representante do coletivo de juventude do MST, “a ação integra uma série de iniciativas construídas pelo Movimento Sem Terra ao longo do período da pandemia que, somente em Alagoas, já doou mais de 250 toneladas de alimento” (MST, 2021b).

Em todas as regiões do país foi possível visualizar a atuação do MST, conforme visualizamos na Tabela 1. A partir da análise da Tabela 1, observamos a centralidade da região Sul como lócus da maior parte das ações de doações de alimentos do MST no país, que pode estar relacionado ao próprio histórico da territorialização do movimento nessa região, conforme destaca Fernandes (2012):

As referências históricas sobre sua origem são as ocupações de terras realizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Das várias ocupações de terra em todo o Brasil e do crescimento das formas de organização, resultou a fundação do MST, em 1984, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, com a realização do Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra (Fernandes, 2012, p. 13).

A organização do MST, especialmente na região Sul, tornou-se consolidada com o funcionamento de várias cooperativas, dentro de uma perspectiva de trabalho de base e cooperação entre os assentados, garantindo a produção e comercialização dos seus alimentos. No contexto da pandemia, esses espaços foram centrais para garantir alimentos para a população brasileira, sendo territórios de articulação e organização da comunidade, da mesma forma como pontos de distribuição de alimentos para a população urbana das periferias, com as favelas e conjuntos habitacionais. Para um dos dirigentes do MST as cooperativas do Movimento no Rio Grande do Sul realizaram um trabalho importante na humanização das relações sociais, que foi verificada nos anos de 2020-2022. Para ele:

As cooperativas também carregam em si um aspecto social e estão ligadas a esse movimento, que é o movimento político da sociedade, de enfrentamento às contradições que hoje permanecem e na reconstrução de uma sociedade mais justa e mais igualitária (Brasil de Fato, 2023).

Tabela 1 - Ações de doação de alimentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por macrorregião e estados (2020-2022)

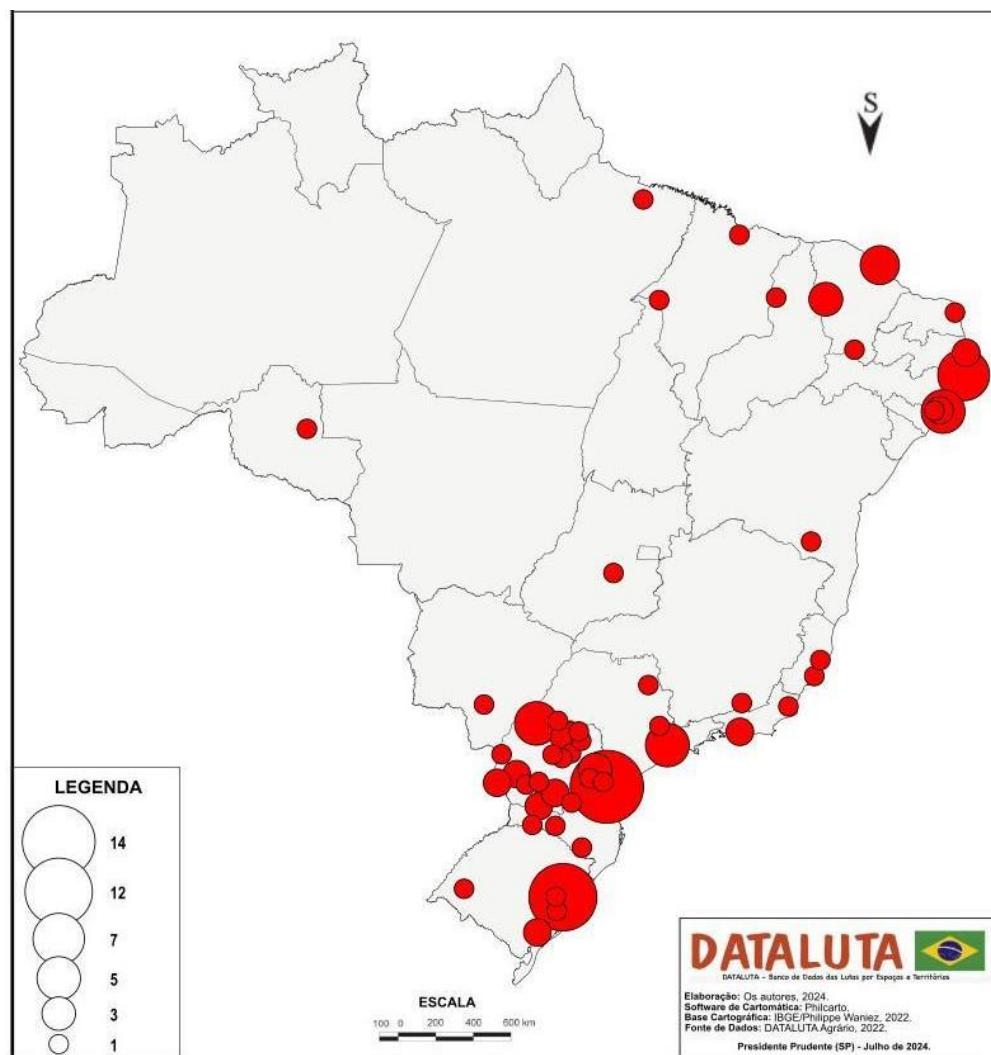
MACRORREGIÃO / UF	NÚMERO DE AÇÕES
NORTE	2
AC	0
AM	0
AP	0
PA	1
RO	1
RR	0
TO	0
NORDESTE	30
AL	8
BA	1
CE	8
MA	2
PB	2
PE	7
PI	1
RN	1
SE	0
CENTRO-OESTE	2
DF	0
GO	1
MS	1
MT	0
SUDESTE	13
ES	2
MG	1
RJ	3
SP	7
SUL	65
PR	45
SC	17
RS	3
BRASIL	112

Fonte: DATALUTA, 2022. Org.: os autores, 2024.

O Nordeste apareceu como a segunda região em que mais foram registradas ações de doações de alimentos no DATALUTA Agrário, como podemos observar tanto na Tabela 1 quanto no Mapa 1. Isso pode ser explicado pelo fato de ser uma região que tradicionalmente enfrenta problemas relacionados à fome no país e, também, de histórica organização de movimentos camponeses, como as Ligas Camponesas do século XX.

Segundo Dados do Primeiro Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN) e publicado em 2021, mostrava que do total de 211,7 milhões de brasileiros(as), 116,8 milhões conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros(as) enfrentavam a fome (Rede Penssan, 2021).

Mapa 1 – Brasil: ações de solidariedade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2020-2022)



Fonte: DATALUTA, 2022. **Org.:** os autores, 2024.

O relatório desse Inquérito mostrou que a pandemia da covid-19 afetou negativamente as condições de renda e trabalho da população em todas as regiões do país. Nas regiões Norte e Nordeste foram observados os maiores percentuais de perda de emprego, redução dos rendimentos familiares, endividamento e corte nas despesas de itens considerados essenciais: todas essas condições referidas como consequência da pandemia. Portanto, essas duas regiões sofreram mais severamente o impacto desse processo, precisando de ações diretas de organizações da sociedade civil para garantir, minimamente, o acesso a alimentos.

Entretanto, notamos que poucas ações foram registradas no nosso banco de dados relacionadas a atuação do MST no Norte do país. Podemos inferir que a região Norte, por ser caracterizada por ser uma região com alto índice de conflitos fundiários relacionados ao garimpo e desmatamento ilegais, expulsando e exterminando comunidades indígenas, ribeirinhas e demais povos originários, tem atuação de muitos movimentos indígenas e menos do MST. Com exceção do estado do Pará e de Rondônia, não foram observadas ações de solidariedade com participação do MST na região Norte, como visualizamos no Mapa 1.

Neste sentido, podemos inferir que o MST atuou fortemente no Sul, Sudeste e Nordeste do país, mas com menos expressão nas regiões Norte e Centro-oeste. Mostramos a territorialização das ações de solidariedade protagonizadas pelo MST, numa tentativa de se reafirmarem enquanto protagonistas de possibilidades e alternativas a modelos de desenvolvimento pautadas pelo Estado neoliberal.

Ainda de acordo com nosso banco de dados, observamos que as principais doações se referem a alimentos produzidos nos assentamentos rurais, seguidas de materiais de higiene, como álcool em gel, água sanitária e máscaras. As doações de alimentos pelo MST, na região sul do Brasil, foram expressivas na distribuição de arroz orgânico (12 toneladas somente em 2020), além de produtos como feijão, farinha, moranga, abóbora, mandioca, laranja, bergamota, couve, alface, rúcula, salsa e cebolinha. As notícias cadastradas mostraram que esses alimentos foram expressivamente doados para espaços urbanos: bairros periféricos e uma comunidade quilombola, em Porto Alegre, além de instituições de caridade em Passo Fundo e para o programa Periferia Viva.

Em São Paulo, destacamos uma ação de solidariedade organizada pelo MST em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Centro (MTSTC), que buscava amenizar a fome de quem enfrentava o frio e pandemia nas ruas. A ação, que fez parte da campanha Lute Como Quem Cuida⁴, contou com a participação de voluntários de diferentes coletivos. A representante de um desses coletivos que se articulou conjuntamente destaca a participação do MST nesse processo e a importância da produção orgânica:

Aqui é um movimento que está sendo apoiado pelo MST, de uma ponta até a outra, temos consciência de trabalhar com orgânico, com agricultores familiares, que também passam por uma crise. É um movimento bonito de um lado até o outro (Brasil de Fato, 2020a).

Na mesma lógica, em Pernambuco, famílias do MST doaram 1,5 mil quilos de alimentos orgânicos para um projeto social para a elaboração de marmitas destinadas à população carente da Região Metropolitana de Recife. Os alimentos doados foram: macaxeira, inhame, milho, feijão e batata doce. Destaca-se que as famílias doadoras eram moradores de três áreas onde o movimento ainda não tinha conseguido a titularidade das terras, mas já produzia para consumo próprio e para a comercialização (Brasil de Fato 2020b), indicando a potencialidade da reforma agrária para a soberania alimentar no Brasil.

Ao assumirem a centralidade de ações de solidariedade na pandemia, relacionadas às doações de alimentos, o MST evidenciava sua capacidade de articulação com outras entidades, como sujeitos comprometidos com as pautas da segurança e soberania alimentar, numa ofensiva contra a fome e aos modelos de produção do agronegócio. Conforme destacam Machado, Jorge e Fernandes (2022, p. 174),

As doações de alimentos produzidos nos territórios da reforma agrária evidenciam a capacidade produtiva dos assentamentos, mesmo sem o incentivo e apoio do Estado, além de evidenciar a potência da articulação de diferentes movimentos e instituições em torno da pauta da alimentação (Machado; Jorge; Fernandes, 2022, p. 174).

Em vista disso, as informações apresentadas aqui mostram o papel dos movimentos socioterritoriais na garantia da segurança alimentar, apostando numa proposta de soberania para todas e todos. Conforme apresenta Dussel (2007) a "vontade

⁴ A campanha "Lute como quem cuida" foi uma ação de solidariedade do MST e do MSTC que distribuía quentinhos para pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social no período da pandemia da covid-19.

de viver" torna-se o conteúdo e o poder dos movimentos, portanto, em contextos de crises as comunidades buscam resgatar o seu poder a fim de garantir sua soberania e ainda compartilhar seus recursos com os sujeitos mais afetados pelo contexto, evidenciando a centralidade da solidariedade nos movimentos socioterritoriais, como o MST.

Considerações finais

O MST é um dos movimentos socioterritoriais brasileiros com maior atuação nos tempos recentes, tendo quatro décadas de experiência na organização dos sujeitos envolvidos nas conflitualidades e disputas relacionadas à luta pela terra no Brasil. Se, em sua gênese, o MST se constituiu como um movimento caracterizado pelas ocupações de latifúndios improdutivos e terras griladas, observamos que no decorrer dos anos, sua estrutura e atuação tem se complexificado. Da mesma forma, suas agendas de luta têm abrangido outras pautas e reivindicações, indo além da reforma agrária.

A partir dos dados sobre as ações do MST entre 2020-2022, produzidos na pesquisa do DATALUTA Agrário, temos uma amostra da atuação do movimento em escala nacional, onde as ações de doações de alimentos ganham centralidade, acumulando 112. Os dados demonstram sua importância não somente em termos quantitativos, mas também qualitativos, evidenciando o agravio da insegurança alimentar no Brasil e o caráter político de combate à fome, uma discussão em pauta na direção nacional e nos demais territórios do movimento.

No período estudado, identificamos que as regiões Sul e Nordeste se destacam pelo quantitativo de ações de doações de alimentos, oriundos dos territórios de acampamentos e assentamentos do MST. Em relação a forma dessas ações, temos tanto doações diretas, com o levantamento de alimentos nos territórios rurais e seu transporte até as comunidades afetadas, seguida da distribuição entre os moradores, como observamos na região Sul. Até mesmo novas políticas públicas populares, construídas pelos movimentos, como as experiências de cozinhas solidárias e doações de marmitas, como o projeto Mão Solidária, uma campanha de doações de alimentos durante a pandemia da covid-19 (2020-2022) na região metropolitana de Recife, Pernambuco.

Portanto, são antigas e novas formas de ações coletivas, objetivando a garantia do direito constitucional de acesso à alimentação, sobretudo em períodos de crise política,

econômica, ambiental e de saúde pública. Além disso, o caráter político dessas ações também é importante, tendo em vista que são processos conflitivos com o governo federal, nitidamente de manifestação contra o descaso do governo Bolsonaro em relação ao aprofundamento do cenário de insegurança alimentar no Brasil, sobretudo nas famílias mais vulneráveis.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os pesquisadores e pesquisadoras da REDE DATALUTA, com especial menção a equipe do DATALUTA Agrário. Agradecemos também ao apoio e financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de Produtividade Nível PQ-2 da primeira autora, processo nº 302842/2022-5; e à Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP), pelo financiamento do segundo autor, processo nº 2024/09458-4.

Referências

ALMEIDA, R. de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.38, n. 1, p. 185-213, 2019.

ALMEIDA, P. **Movimientos Sociales**: la estructura de la acción colectiva. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020. DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctv1gm010t>

ALMEIDA, F. A.; SANTOS, L. L. M.; BARATELLI, A. E. Tempo e espaço na leitura das ações dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. **BOLETIM DATALUTA**, [S. l.], v. 16, n. 181, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/52732> Acesso em: 10 set. 2024.

AUYERO, J. Introductory note to politics under the microscope: Special issue on political ethnography I. **Qualitative Sociology**, v. 29, 257–259, 2006.
DOI: <https://doi.org/10.1007/s11133-006-9028-7>

AUYERO, J. **Routine politics and collective violence in Argentina**. The gray zone of state power. New York: Cambridge University Press, 2007.
DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511814815>

BACH, J.; PAVAN, E. Introduction. Disenchanted prophets: social movements between dissent, solidarity and creativity. **Sociologica**, v. 17, n.01, pp. 1-4, 2023.

BRASIL. Brasil chega à marca de 700 mil mortes por Covid-19. 28 mar 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19>. Acesso em: 10 dez 2024.

BRASIL DE FATO. Cooperativas do MST no RS melhoram produção e condições de vida nos assentamentos. 13 mar 2023. Disponível em: <https://www.brasildefators.com.br/2023/03/13/cooperativas-do-mst-no-rs-melhoram-producao-e-condicoes-de-vida-nos-assentamentos>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL DE FATO. Encontro de cozinhas: MST e MTSC se unem em ação de solidariedade em SP. 2 ago. 2020. 2020a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/02/encontro-de-cozinhas-mst-e-mtsc-se-unem-em-acao-de-solidariedade-em-sp>. Acesso em: 17 dez 2024.

BRASIL DE FATO. Em PE, famílias do MST doam 1,5 mil quilos de alimentos orgânicos para projeto social. 3 abr 2020. 2020b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/03/em-pe-familias-do-mst-doam-1-5-mil-quilos-de-alimentos-organicos-para-projeto-social>. Acesso em: 17 dez. 2024.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, 15 (43), 2001.
DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>

COCA, E. L.; VINHA, J. F. de S. C.; CLEPS JUNIOR, J. Movimentos socioterritoriais, agroecologia e soberania alimentar em Minas Gerais: lutas, resistências e desafios do campesinato. **Campo-Território**, v. 16, n. 42, p. 117-144, 2021.
DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT164205>

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil 2021**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno. Goiânia: CPT Nacional. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14271-conflitos-no-campo-brasil-2021>. Acesso em: 10 dez. 2024.

DATALUTA AGRÁRIO. **Relatório DATALUTA** - Espaço Agrário, 2022. (no prelo).

DATALUTA AGRÁRIO. **Relatório DATALUTA** - Espaço Agrário, 2023. (no prelo).

DELGADO, P.; TEIXEIRA, M. A.; MOTTA, R.; PENNA, C. Sistemas alimentares em disputa: respostas dos movimentos sociais à pandemia Covid-19. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 37, n. 108, p. 1-18, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/3710808/2022>

DELLA PORTA, D. **Movimentos sociais em tempos de Covid-19:** outro mundo é necessário. Open Democracy, 26 mar 2020. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/pt/movimentos-sociais-tempos-de-covid-19-mundo-necesario/>. Acesso em: 20 maio 2024.

DUSSEL, E. **20 teses de política**. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. OSAL, Observatório Social de América Latina, ano VII, n. 16, Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FERNANDES, B. M. The MST and Agrarian Reform in Brazil. **Socialism and Democracy**, 23(3):90-99, nov. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1080/08854300903155541>

FERNANDES, B. M. A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. **Revista NERA**, (1), 2012.
DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i1.1495>

FERNANDES, B. M.; SOBREIRO FILHO, J. Teoria dos Movimentos Socioterritoriais e Socioespaciais. In: SPOSITO, E.; CLAUDINO, G. (org.). **Teorias na Geografia - mundos possíveis**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, p. 335-363, 2023.

LIMA, L. D. de.; PEREIRA, A. M. M.; MACHADO, C. V. Crise, condicionantes e desafios de coordenação do Estado federativo brasileiro no contexto da COVID-19. **Cadernos Saúde Pública**, 36, 7, p. 1-6, 2020.
DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00185220>

LIMA, W. F. P.; FERNANDES, B. M. Ações do MST no Brasil (2020-2023): uma perspectiva dos avanços e desafios da luta pela Reforma Agrária Popular. **Brasil de Fato**. 5 ago 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/08/05/acoes-do-mst-no-brasil-2020-2023-uma-perspectiva-dos-avancos-e-desafios-da-luta-pela-reforma-agraria-popular> Acesso em: 13 set. 2024.

LIMA, W. F. P.; ORIGUÉLA, C. F.; GOMES, M.; OLIVEIRA, D. **MST é apontado como movimento do campo de maior atuação nos últimos anos**. MST, 8 set. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/09/08/mst-e-apontado-como-movimento-do-campo-de-maior-atuacao-nos-ultimos-anos/> Acesso em: 13 set. 2024

MACHADO, A.; JORGE, A.; FERNANDES, B. M. Pandemia, ações de solidariedade e a Agenda 2020 para o desenvolvimento sustentável. **Campo-Território**, v. 17, n. 47, p. 155-178, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT174708>

MOURA, J. T.V. de; ALMEIDA, F. F.; MARTINS, L. A. A radicalização do conservadorismo no campo: uma análise das ações sofridas pelos movimentos socioterritoriais no Brasil (2020-2022). **Terra Livre**, São Paulo, [S. l.], v. 2, n. 61, p. 604-638, 2024. DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3388

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Solidariedade e Soberania Alimentar na Pandemia**. 27 ago. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/27/artigo-%E2%80%8B-solidariedade-e-soberania-alimentar-na-pandemia/>. Acesso em: 15 maio 2024.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Você sabe o que é Soberania Alimentar?** 13 out. 2021. 2021a. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/10/13/voce-sabe-o-que-e-soberania-alimentar-2/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Jovens do MST doam 20 toneladas de alimentos para famílias atingidas pela mineração em Maceió (AL).** 13 ago. 2021b. 2021b. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/08/13/jovens-do-mst-doam-20-toneladas-de-alimentos-para-familias-atingidas-pela-mineracao-em-maceio-al/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **MST já doou mais de 7 mil toneladas de alimentos desde o início da pandemia.** 12 set. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/12/mst-ja-doou-mais-de-7-mil-toneladas-de-alimentos-desde-o-inicio-da-pandemia/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

PERPETUA, G. Trabalho e saúde do trabalhador em tempos de pandemia no Brasil: notas críticas sobre o caos. **Revista Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 1-13, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902022210394pt>

REDE PENSSAN. VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

SAMPAIO, M. de A. P. *et al.* O Brasil dentro e fora do Mapa da Fome. In: CALDAS, E. de L. *et al.* (coord.). **Comida y comunidad no. 4:** combatir el hambre y promover la soberanía alimentaria. 1.ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2024.

SANT'ANA, R. S; BRANT, N. L. C. Fome e questão agrária: um debate a partir da realidade brasileira. **Campo-Território:** revista de geografia agrária, v. 17, n. 47, p. 33-57, out. 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT174703>

SENADO. **Retorno do Brasil ao Mapa da Fome preocupa senadores e estudiosos.** 14 out. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SOUZA, A. L.; SCHNEIDER, S. Internalização da soberania alimentar: desafios do MST em construir caminhos alternativos. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 25, n. 2, p. 266-299, 2022.

DOI: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i2.497>

SOUZA, M. L. Articulando ambiente, território e lugar: A luta por justiça ambiental e suas lições para a epistemologia e a teoria geográfica. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, n. 1, pp.16-64, 2020.

DOI: <https://doi.org/10.48075/amb.v2i1.25277>

STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar: uma necessidade dos povos. **EcoDebate**, 25 mar. 2011. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>. Acesso em: 10 set 2024.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

TERRA. MST recebe prêmio da ONU por campanha de doação de alimentos durante a pandemia. 30 out. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/mst-recebe-premio-da-onu-por-campanha-de-doacao-de-alimentos-durante-a-pandemia,8c8f243e4c81069c24588c9e361b3b25gzn97yvo.html>. Acesso em: 7 mar. 2024.

VINHA, J. F. de S. C.; ROSSI, R. de C.; SILVA, R. S.; LOPES, J. P. de A. Reinventando as lutas na pandemia de covid-19: movimentos socioterritoriais e a construção da soberania alimentar no Brasil. In: VASCONCELOS, D. B. *et al.* (org.). **Geografia e COVID-19**. Reflexões e análises sobre a pandemia. São Paulo: FFLCH/USP, 2021.

ZIBECHI, R. Pueblos en movimiento enfrentando la pandemia. In: VALENCIA, O. Q.; JIMENEZ, C. C. (org.) **Pandemia al sur**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2020.

Recebido em 16/09/2024.
Aceito para publicação em 17/02/2025.